



1 **Ata da 7ª Sessão Plenária Ordinária de 2016**  
2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP**

3 Aos 28 de julho de 2016, no “Auditório Rosário I - República” do Hotel Comfort Downtown, situado  
4 na Rua Araújo, 141, São Paulo - SP, teve início às 14h00 a 7ª Sessão Plenária Ordinária do  
5 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do  
6 conselho **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de  
7 presença 61 (sessenta e um) participantes, dentre os quais 51 (cinquenta e um) conselheiros  
8 titulares, 08 (oito) suplentes de conselheiro no exercício da titularidade, a saber, Soriedem  
9 Rodrigues, Augusto França Neto, Alan Silva Cury, Vinicius Faria Queiroz Dias, Douglas Ellwanger,  
10 João Antonio Danielson Garcia, Sandra Regina da Silva Duarte, Mirtes Maria Luciani, e, ainda, o  
11 ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A) VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi verificado quórum de 40  
12 (quarenta) conselheiros entre titulares e suplentes no exercício da titularidade para o início dos  
13 trabalhos. Para compor a mesa o Presidente convidou o Vice-presidente do CAU/SP Valdir  
14 Bergamini e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **B) ABERTURA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA**  
15 **ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2016. C) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Após a  
16 abertura da plenária o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
17 solicita a execução do Hino Nacional Brasileiro. **D) APROVAÇÃO DA ATA DA 6ª SESSÃO**  
18 **PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 REALIZADA EM 23/06/2016.** O Presidente **GILBERTO SILVA**  
19 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação para aprovação da ata supracitada, a qual  
20 é **APROVADA** pela unanimidade de 40 votos a favor. **E) INFORMES DO PRESIDENTE.** O  
21 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** prossegue a pauta com  
22 seus informes. O Presidente informa que por solicitação dos conselheiros foi marcada para 11 de  
23 agosto de 2016 uma plenária para tratar exclusivamente dos assuntos dos processos éticos, e  
24 ressalta que por falta de data disponível a plenária ocorrerá no Hotel Braston localizado à Rua  
25 Martins Fontes, 330, às 14h00. A diretoria tem a intenção de criar sedes exclusivas para o CAU  
26 pois algumas regionais estavam associadas à entidades próximas do Conselho, sendo as  
27 primeiras a se mudarem as regionais de Santos e São José dos Campos. Essas duas novas  
28 sedes se localizam em dois edifícios comerciais, sendo que a de Santos possui um auditório para  
29 realização de eventos e estacionamento para os arquitetos e será inaugurada no dia 12 de agosto,  
30 estando todos os conselheiros convidados. Ademais, o Governo Federal editou no fim de 2014  
31 uma lei nova que cobre toda a seção de patrocínio das entidades e autarquias públicas, as quais  
32 são obrigadas a obedecer a essa nova estruturação de patrocínio, que será chamado agora de  
33 parceria. O Conselho terá um orçamento de aproximadamente 01 milhão e 400 mil para ser  
34 distribuído através desse edital com a previsão de seu lançamento para o final da próxima semana  
35 após esta plenária. O Presidente salienta que o último edital foi um grande sucesso, conseguindo  
36 uma repercussão bastante grande de todos os eventos que foram patrocinados pelo CAU, como  
37 por exemplo o livro de lançamento patrocinado pelo CAU na página central do caderno da  
38 Ilustrada do jornal Folha de São Paulo, edição de domingo. Porém, a nova lei é muito mais



39 rigorosa na apresentação dos projetos e liberação de verbas, e engessou mais o procedimento  
40 tanto para o Conselho, que será responsável por criar várias comissões de análise e de  
41 acompanhamento, como para as entidades e organizações, que somente poderão ser não-  
42 governamentais. Nesse sentido, o Presidente ressalta a importância da leitura bastante atenta do  
43 edital para os conselheiros que indicarem entidades e colegas ligados às entidades que queiram  
44 participar, pois ele está muito mais rigoroso e tem imputações de cumprimento e responsabilidade  
45 muito maiores do que o edital até hoje em vigor. Por fim, o Presidente informa que estão lançando  
46 a continuidade da revista Mobile, após passarem quase um ano tentando viabilizar a licitação da  
47 comunicação, tanto na sua montagem quanto no seu julgamento. Após dezenas de recursos e  
48 discussões conseguiram finalizar, e no mês passado contrataram a empresa responsável por  
49 realizar os trabalhos de comunicação e editoração de todo o projeto da revista, além da Comissão  
50 Especial de Comunicação, que montou toda pauta e organizou a edição, sendo previsto o  
51 lançamento para até o final do mês de agosto. A conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN**  
52 aproveita o espaço cedido na fala do Presidente para informar que, para seu contentamento,  
53 encontrou na última revista da construção civil o artigo do Presidente sobre a importância de  
54 contratação de um projeto por arquiteto. O Presidente, então, inicia a **ORDEM DO DIA: 1)**  
55 **APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL DO CAU/SP.** O conselheiro **SILVIO**  
56 **JOHN HEILBUT** inicia a apresentação do relatório trimestral condensado, pois o detalhado foi  
57 enviado aos conselheiros por e-mail. A receita acumulada do ano é de R\$ 23 milhões até final de  
58 junho. São R\$ 11.600 milhões de anuidade, quase R\$ 09 milhões de RRT, multas e juros: R\$ 425  
59 mil, R\$ 2.640 milhões de aplicação financeira, outras receitas: R\$ 142 mil. Até junho foram  
60 previstos R\$ 22.990 milhões, sendo arrecadados R\$ 23.700 milhões. O conselheiro destaca que a  
61 aplicação financeira ficou bem acima do previsto, e as outras receitas, como RRT e anuidades,  
62 ficaram abaixo. As anuidades de pessoa física estão R\$ 370 mil abaixo do previsto, enquanto as  
63 anuidades de pessoa jurídica estão R\$ 17 mil abaixo. Multas e taxas estão R\$ 17 mil acima do  
64 previsto. RRT está abaixo do previsto em R\$ 470 mil. Restituição de emolumentos e aplicação  
65 financeira estão R\$ 01.500 milhão acima do previsto, fechando praticamente R\$ 04.100 milhões  
66 de aplicações financeiras em seis meses. O conselheiro **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO**  
67 questiona se é possível saber a porcentagem de profissionais que não pagaram a anuidade. O  
68 conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** responde que o Presidente também pediu esse número, mas  
69 que não o possui, embora ele exista. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA**  
70 pergunta o que é sigla AA em “anuidades de pessoas físicas AA”. O conselheiro **SILVIO JOHN**  
71 **HEILBUT** responde que significa anos anteriores, sendo quem estava atrasado e pagou neste  
72 ano. Continua o conselheiro com sua apresentação, informando que a despesa acumulada foi de  
73 R\$ 13.500 milhões, sendo R\$ 07.552 milhões de despesas de pessoal, R\$ 46 mil de material de  
74 consumo, R\$ 01.350 milhão de diárias, R\$ 02.100 milhões de despesa com pessoa jurídica, R\$  
75 540 de encargos, R\$ 01.840 milhão de transferências para o fundo do CAU/BR, e R\$ 17 mil de  
76 despesa de patrimônio. Na comparação entre 2016 e 2015 a receita prevista era de R\$ 38  
77 milhões, sendo que em 2015 era de R\$ 32 milhões. A receita corrente do mês de junho deste ano



78 foi R\$ 03.500 milhões, sendo R\$ 03 milhões em junho do ano passado. As despesas correntes  
79 previstas no ano passado até essa época eram de R\$ 11 milhões, sendo neste ano R\$ 13 milhões  
80 a realizada. A despesa de capital está praticamente zerada, nada tendo acontecido até agora, R\$  
81 17 mil. E o saldo disponível em conta corrente é razoável porque ainda não foi comprada a sede.  
82 O conselheiro informa, respondendo ao questionamento do conselheiro Afonso Monteiro, que 31%  
83 dos arquitetos não pagaram anuidade neste ano. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**  
84 **DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que esse número de inadimplentes é bastante elevado, ainda  
85 mais ao se considerar a inadimplência de 38% das pessoas jurídicas registradas no Conselho,  
86 sendo que o que tem mantido no positivo um pouco os índices são um aumento bastante leve de  
87 RRTs e a aplicação financeira do valor destinado para a compra da sede. O conselheiro **SILVIO**  
88 **JOHN HEILBUT** destaca que o número de não-pagantes vem crescendo desde 2012. O  
89 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que, considerando a  
90 lista dos 47 mil profissionais ativos, uma vez que existem muitos que são considerados inativos  
91 para a listagem, tem-se 32 mil profissionais pagantes e 15 mil inadimplentes. O conselheiro  
92 **LUCIO GOMES MACHADO** questiona como são diferenciados os profissionais remidos dos  
93 inativos. O conselheiro Diretor Financeiro **JOSÉ BORELLI NETO** responde que no material  
94 enviado aos conselheiros sobre a reformulação orçamentária de 2016 há o percentual de remidos,  
95 assim como o percentual de profissionais que pagam 05%, 10%, e 15%. O conselheiro **LUCIO**  
96 **GOMES MACHADO** afirma que não paga a anuidade e questiona como aparece como ativo na  
97 listagem. O Diretor Financeiro conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** responde que aparece como  
98 remido. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** questiona como sabem que ele é profissional  
99 ativo. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclarece que a  
100 dúvida é se, no caso do conselheiro Lucio Machado, que não paga, ele aparece como  
101 inadimplente ou adimplente ativo. O Diretor Financeiro conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO**  
102 responde que aparece como adimplente ativo. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO**  
103 novamente questiona como sabem que ele está ativo, pois não faz declaração alguma disso. O  
104 conselheiro Diretor Financeiro **JOSÉ BORELLI NETO** questiona se o conselheiro Lucio Machado  
105 emite RRT. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** responde que isso é outra história, pois há  
106 muitos profissionais ativos que não emitem RRT. O Diretor Financeiro conselheiro **JOSÉ**  
107 **BORELLI NETO** responde que se o profissional não emite RRT, ele paga a anuidade. O  
108 conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** responde que o profissional pode ser idoso, não emitir  
109 RRT, e ser ativo. O gerente financeiro **ROBERTO MUNUERA REYES** responde que é  
110 considerado ativo até requisitar a interrupção do cadastro ou até o falecimento e apresentação de  
111 certidão de óbito. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** responde que então há muitos  
112 mortos ativos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma  
113 que há sim muitos mortos na listagem, mas justamente por conta disso estão assinando um  
114 convênio com a ARPEN, que é uma empresa que congrega todos os cartórios, para então ela  
115 apontar quais os profissionais estão falecidos na listagem do CAU/SP e fornecer atestados pois,  
116 por lei, os nomes só podem ser retirados mediante apresentação de certidão de óbito. Ademais,



117 informa o Presidente que o CAU/BR fez uma limpa de todos os profissionais que estavam inativos,  
118 que depois de quatro anos nunca acessaram o sistema, sendo retirados 12 mil nomes de São  
119 Paulo. Porém, devido a reclamações dos outros conselhos o CAU/BR voltou atrás na decisão e  
120 reintegrou-os. Além disso, o Presidente ressalta que há profissionais que estão vivos e  
121 eventualmente atuantes, mas que nunca entraram no sistema para atualizar endereço ou situação  
122 similar, então acabaram entrando na lista dos 12 mil nomes, fato que tentarão corrigir futuramente.  
123 O conselheiro **FLAVIO MARCONDES** afirma que não está morto ou inativo e não paga, pois quem  
124 está acima de X anos não o faz, portanto não são 32 mil pagantes em 47 mil profissionais. O  
125 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que mesmo sem  
126 o conselheiro ser pagante, ele está dentro dos 32 mil como adimplente. O conselheiro **LUCIO**  
127 **GOMES MACHADO** afirma que o problema é quem é ativo, mas não recolhe RRT, como os  
128 idosos acima de 40 anos que são profissionalmente ativos e usam eventualmente o CAU para X  
129 atividades e também os muitos professores que não o recolhem. O coordenador de planejamento  
130 estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** responde  
131 que estão trabalhando na linha apresentada pelo Presidente, tirando os 12 mil profissionais e  
132 procurando dentre os 47 mil quais estão acima de 40 anos dedicados à arquitetura e urbanismo  
133 que não mais precisam pagar ao CAU, mas não possuem esse número ainda para ser  
134 apresentado. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** pergunta qual é a alegação dos outros  
135 CAUs para não quererem retirar as pessoas inativas. O Presidente **GILBERTO SILVA**  
136 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que é porque eles acreditam que podem  
137 reconquistar os inadimplentes para aumentar a arrecadação de seus conselhos. O conselheiro  
138 **LUCIO GOMES MACHADO** sugere que o CAU/BR publique editais nos meios de comunicação  
139 conclamando aos profissionais que pelo menos atualizem o seu endereço, como uma  
140 manifestação de interesse para que depois sejam cobrados, e destaca que há profissionais que  
141 tinham orgulho de pertencer ao CREA e não querem saber do CAU. O Presidente **GILBERTO**  
142 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que há um problema muito grande de  
143 professores que se recusam a pagar a anuidade e de profissionais que atuam em áreas de  
144 patrimônio ou são dirigentes de estatais que são inadimplentes, pois nunca precisaram recolher  
145 RRT e não atualizaram a situação no Conselho. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO**  
146 pergunta após quantos anos de inadimplência o profissional pode legalmente perder o registro. O  
147 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que o CAU/BR  
148 não tem decisão a respeito disso, mas que o CAU/SP está propondo via Diretoria Financeira que  
149 estipulem dois anos de inadimplência para exclusão automática do profissional. Por outro lado, o  
150 CAU/BR irá dar o encaminhamento até o final do ano para que a partir do terceiro ano de  
151 inadimplência o profissional seja inscrito na dívida ativa da União. A conselheira **ANNE MARIE**  
152 **SUMNER** pede a palavra e afirma que há os professores que frontalmente não querem pagar,  
153 mas também há os que desconhecem que mesmo não exercendo a profissão de arquiteto de  
154 projeto, de obra, ou de urbanismo devem pagar o RRT de cargo e função. Então, entende que  
155 uma campanha de esclarecimento nas universidades seja desejável. O conselheiro **JOÃO**



156 **CARLOS CORREIA** pede a palavra e afirma que é preciso tomar cuidado, pois o artigo 69 do  
157 Decreto Federal 5773 desobriga o pagamento dos professores para qualquer conselho, então  
158 seria necessário derrubar isso na Casa Civil. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**  
159 **OLIVEIRA BELLEZA** questiona se isso desobriga o RRT de professores ou a anuidade. O  
160 conselheiro **JOÃO CARLOS CORREIA** responde que desobriga a qualquer coisa do ponto de  
161 vista de registro no conselho. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** toma a palavra e afirma  
162 que a lei 5166 é diferente da lei do Conselho, pois nas resoluções o ensino consta explicitamente  
163 como atividade profissional. O conselheiro **JOÃO CARLOS CORREIA** afirma que foi revogado o  
164 artigo desse decreto. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** responde que o decreto não se  
165 sobrepõe à lei. O conselheiro **JOÃO CARLOS CORREIA** responde que essa discussão jurídica  
166 teria que ser vista pelo departamento jurídico. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma  
167 que o decreto se refere à lei do CREA e que o CAU é outra história. O conselheiro **JOÃO**  
168 **CARLOS CORREIA** afirma que no sistema antigo, após dois anos sem pagamento, o profissional  
169 era suspenso, e pergunta como é agora. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**  
170 **OLIVEIRA BELLEZA** responde que a Diretoria Financeira pediu para o CAU/BR que a partir de  
171 dois anos de inadimplência a dívida pare de acumular, mas ainda estão aguardando uma decisão.  
172 O conselheiro **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO** pede a palavra e esclarece que a maioria  
173 dos CAUs, notadamente os de norte e nordeste, não querem eliminar os referidos inativos de suas  
174 listagens, porque esses estados dependem desse número de arquitetos para aumentar seu  
175 número de conselheiros, então o CAU/BR revogou sua decisão para não entrar em conflito com  
176 eles. A conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI** pede a palavra e diz não ter uma visão clara da  
177 porcentagem de profissionais novos anualmente entrando no Conselho em relação à porcentagem  
178 de inadimplentes. O gerente financeiro **ROBERTO MUNUERA REYES** solicita a palavra e  
179 responde aos conselheiros Flávio Marcondes e Lucio Machado, que possuem uma tabela que  
180 explica a composição e a quantidade dos arquitetos, os que pagaram à vista, os que pagaram  
181 parcelado, os que são isentos, estando os isentos dentro do cômputo de aproximadamente 32 mil.  
182 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** explica que essa tabela  
183 mostra claramente as contas levantadas pelo conselheiro Flavio Marcondes, pois em até junho  
184 haviam 19 mil profissionais que pagaram à vista, 03 mil profissionais que são adimplentes, mas  
185 não pagam por serem isentos, como o conselheiro Lucio Machado, e 15 mil inadimplentes. O  
186 gerente financeiro **ROBERTO MUNUERA REYES** responde à conselheira Mirtes Luciani que, em  
187 relação aos entrantes, há uma projeção fornecida pelo CAU/BR que está na apresentação da  
188 reformulação que será feita posteriormente, sendo aproximadamente 03 mil novos arquitetos,  
189 sendo previsto pelo conselho nacional a entrada efetiva de 60% desse valor, ao que sugere o  
190 CAU/SP que diminuam para 40% devido à crise econômica. A conselheira **MIRTES MARIA**  
191 **LUCIANI** questiona se há algum estudo das receitas sem a aplicação financeira para saberem a  
192 real situação financeira do Conselho. O gerente financeiro **ROBERTO MUNUERA REYES**  
193 responde que a aplicação financeira está garantindo um resultado positivo de forma geral, por isso  
194 na reformulação que será apresentada estão sugerindo que a projeção de arrecadação seja



195 menor e a aplicação financeira maior para poder equalizar a questão. Ademais, afirma que isso é  
196 uma grande preocupação porque efetivamente a arrecadação de pessoa física e jurídica caiu no  
197 decorrer de 2016. O conselheiro **FLAVIO MARCONDES** afirma não entender como o número de  
198 profissionais com isenção varia mês a mês. O gerente financeiro **ROBERTO MUNUERA REYES**  
199 responde que a entrada de novos isentos é por mês à medida que vão atingindo o patamar de 40  
200 anos. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** questiona a validade dos números de  
201 profissionais isentos a cada mês. O gerente financeiro **ROBERTO MUNUERA REYES** responde  
202 que esses dados não fornecidos pelo próprio SICCAU, então não sabe dizer se estão errados ou  
203 não. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que então o sistema está errado e pede a  
204 revisão desses dados devido a sua inconsistência. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**  
205 **DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que os conselheiros Flávio Marcondes e Lucio Machado apontam  
206 um aspecto interessante desses números e levará esse questionamento ao CAU/BR. A  
207 conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** pede a palavra e afirma que, mesmo após completar 40  
208 anos de profissão, recebeu um boleto de cobrança e pagou a anuidade como pessoa física. O  
209 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que isso  
210 necessita ser verificado, pois está errado. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE**  
211 **MOURA** pede a palavra e afirma em relação ao questionamento do conselheiro Lucio Machado  
212 que a lei sobre isenção diz que é no ano em que o profissional completar 40 anos de formado, por  
213 isso na hora de pagar o profissional paga a porcentagem do ano inteiro. Ademais, a conselheira  
214 também questiona os números supracitados, pois não parecem corresponder à realidade e afirma  
215 que a tabela está muito complicada e deve ser revista, porque tem uma série de erros que fazem  
216 com que os conselheiros não a entendam. Nesse sentido, sugere que ficaria mais didático colocar  
217 o saldo exato das contas correntes e o item aplicação financeira num outro item da tabela para  
218 evitar confusão. E em relação à fala do conselheiro Afonso Monteiro afirma que a grande maioria  
219 dos CAUs têm apenas 05 conselheiros enquanto vários possuem 08, sendo que estes ao  
220 diminuírem para 05 perderiam representatividade na federação, o que faz com que o sistema  
221 trabalhe para pessoas que não existem dentro dele. O coordenador de planejamento estratégico,  
222 orçamentos e projetos da Diretoria Financeira, **MESAQUE ARAÚJO SILVA**, responde que os  
223 números dos profissionais são com base nos pagamentos financeiros e nos dados estatísticos do  
224 SICCAU, então os 47 mil que o presidente mencionou têm nome, CPF e registro nele. Acerca da  
225 sugestão, o coordenador explica que o valor que veio dos exercícios anteriores destinado ao  
226 imobilizado também aparece separado na apresentação, R\$ 38.603.503,34 milhões, sendo a  
227 diferença de 38 para 47, o que entrou de recurso nestes seis meses de 2016. A conselheira  
228 **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** responde que não foi essa a sua sugestão, mas sim  
229 que os itens imobilizados e saldo em conta corrente estejam separados e destacados na  
230 conclusão, assim os conselheiros saberiam exatamente quanto o Conselho tem disponível e torna  
231 a análise dos dados mais fácil. O coordenador de planejamento estratégico, orçamentos e projetos  
232 da Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** afirma entender e achar uma boa sugestão.  
233 Ademais, informa que o CAU tem recebido de receita das aplicações financeiras cerca de R\$ 500



234 mil por mês e que se tirem o dinheiro do imobilizado da aplicação conseqüentemente o  
235 Conselho terá menos recurso em receita corrente para gastar com projetos e despesas correntes  
236 do exercício. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** pergunta se esses R\$ 500  
237 mil ficam no imobilizado ou podem voltar para a conta corrente. O coordenador de planejamento  
238 estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** responde  
239 que ele é usado em conta corrente. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA**  
240 pergunta se ele pode ser utilizado naquele ano e se o que não é utilizado vai para o imobilizado. O  
241 coordenador de planejamento estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria Financeira  
242 **MESAQUE ARAÚJO SILVA** responde que pode ser utilizado e vai para o imobilizado na virada do  
243 ano, sendo necessário subtrair aquilo que contabilmente chamam de restos a pagar. A conselheira  
244 **MIRTES MARIA LUCIANI** pede a palavra e afirma que, se entendeu corretamente, há uma  
245 complicação nessa situação, pois estão em um momento de recessão, fazendo um planejamento  
246 conservador porque não estão conseguindo arrecadar o que foi planejado, mas as contas só estão  
247 em ordem porque estão usando o dinheiro que não deve ser usado, que é o da aplicação  
248 financeira. O coordenador de planejamento estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria  
249 Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** responde que não, ao contrário, o Conselho pode e deve  
250 usar porque nenhum recurso pode ficar fora do plano de ação. A conselheira **MIRTES MARIA**  
251 **LUCIANI** responde que o que está entendendo é que o Conselho está bem porque está gastando  
252 menos que foi projetado e o dinheiro está sendo suficiente, mas como essa situação advém do  
253 dinheiro da aplicação financeira, que a qualquer momento pode deixar de existir, essa verdade é  
254 uma verdade relativa. Nesse sentido, a conselheira diz estar alinhada com a fala da conselheira  
255 Marcia Mallet, pois podem estar tomando decisões de gastos numa perspectiva que não é  
256 verdadeira. O Diretor Financeiro conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** responde que receberam  
257 uma sugestão do CAU/BR de que o Conselho deveria ter uma arrecadação maior. Isso foi  
258 discutido, mas acabaram acatando a sugestão do conselho nacional. O CAU/SP tem uma  
259 projeção de arrecadação e uma arrecadação real, sendo que a real está abaixo da projeção, mas  
260 mesmo assim ela ainda é superior aos gastos atuais independentemente da aplicação financeira.  
261 A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** pede a palavra e afirma que é necessário traçar o  
262 perfil do inadimplente, seja ele físico ou jurídico, e solicita meios para isso. Como o CAU tem um  
263 cadastro das pessoas sugere que contratem uma empresa para trabalhar em cima desses dados  
264 de maneira urgente, porque essa questão é importante para traçarem um plano de ação frente a  
265 essa situação. O Diretor Técnico conselheiro **ALTAMIR CLODOALDO RODRIGUES DA**  
266 **FONSECA** pede a palavra e esclarece que, como o conselheiro Lucio Machado afirmou, na Lei  
267 12.378 está tacitamente colocada a necessidade de que para se lecionar atividades pertinentes à  
268 arquitetura e urbanismo seja um arquiteto e urbanista e por conseguinte se deduz que esse  
269 mesmo deva estar aparado por uma RRT de cargo e função. Ademais, segundo a legislação do  
270 CAU, essa sim cumprida pela Diretoria de Ensino, há a exigência de que todos os coordenadores  
271 de cursos de arquitetura e urbanismo sejam arquitetos e urbanistas, mas é um trabalho que ainda  
272 está se desenvolvendo porque são muitos cursos e não é uma fiscalização efetiva, é um trato



273 institucional de ofício que vem sendo feito pela Diretoria de Ensino e vem gradativamente sanando  
274 essa necessidade de atendimento à legislação. Com relação à necessidade de RRT de cargo e  
275 função, a situação ainda está exatamente como o conselheiro João Carlos colocou, já que,  
276 enquanto não houver essa solução em nível de Ministério da Educação, não há uma forma  
277 expositiva legal para o CAU exigir esse cumprimento. Então, não é uma condição de fiscalização  
278 pura e muito menos de inação do Conselho com relação a regularizar isso. O conselheiro **LUCIO**  
279 **GOMES MACHADO** pede a palavra e se desculpa ao Diretor Técnico Altamir da Fonseca, pois  
280 discorda frontalmente de sua fala. O conselheiro acredita que o CAU está absolutamente  
281 inadimplente em fiscalizar as escolas e destaca que uma parte da clientela da Comissão de Ética  
282 é em razão do baixíssimo nível moral, ético, e técnico do ensino que está sendo ministrado, visto  
283 que mais da metade das escolas são de péssima qualidade. Ressalta que uma das razões para  
284 isso é que os professores que estão lá não tem acervo técnico suficiente para ministrarem as  
285 aulas que estão dando de acordo com o que é exigido pelo Código de Ética do CAU. Nesse  
286 sentido, o conselheiro acredita que estão traindo a categoria ao não fiscalizarem as escolas e  
287 solicita que estabeleçam uma rotina de fiscalização das escolas porque se conseguem fiscalizar  
288 150 condomínios, é mais fácil fiscalizar 150 escolas. O Diretor Técnico conselheiro **ALTAMIR**  
289 **CLODOALDO RODRIGUES DA FONSECA** responde que acha pertinente a colocação do  
290 conselheiro Lucio Machado, mas são reféns do arcabouço legal. O conselheiro **LUCIO GOMES**  
291 **MACHADO** responde que o poder legal vai ser visto quando entrarem na justiça, e pede que por  
292 favor autuem para então discutir depois quem tem poder ou não. O Diretor Técnico conselheiro  
293 **ALTAMIR CLODOALDO RODRIGUES DA FONSECA** replica que hoje um fiscal do CAU/SP só  
294 pode autuar as 12 irregularidades tipificadas e que por mais pertinente que seja e que concorde  
295 com a colocação do conselheiro Lucio Machado isso não está tipificado com relação à resolução  
296 de fiscalização. Então, somente a partir do momento em que se tipificar isso e se passar essa  
297 demanda para a fiscalização ela poderá ser feita. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO**  
298 responde que fiscalizem o exercício profissional nas escolas e depois tragam para o plenário,  
299 onde encontrarão uma forma de tipificar. O Diretor Técnico conselheiro **ALTAMIR CLODOALDO**  
300 **RODRIGUES DA FONSECA** replica que a tipificação tem que estar conclusa na resolução. O  
301 conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** novamente se desculpa, mas afirma que isso é exercício  
302 ilegal da profissão. O Diretor Técnico conselheiro **ALTAMIR CLODOALDO RODRIGUES DA**  
303 **FONSECA** responde que como toda lei, ela demanda uma regulamentação, e a regulamentação  
304 da lei do CAU são as resoluções. A Diretoria Técnica só pode agir nesse sentido, por mais  
305 pertinente e correto que seja, a partir do momento em que estiver previsto como será essa ação, e  
306 ela não está prevista. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** novamente solicita que façam  
307 com que a fiscalização constate a irregularidade e depois tragam ao plenário para verem o que  
308 vão fazer. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** retoma a  
309 palavra e fornece o exemplo de uma instituição de ensino que não era reconhecida pelo MEC e,  
310 conforme a legislação, não recebeu registro e reconhecimento do Conselho. Mas o Presidente  
311 recebeu uma intimação judicial que afirmava que ele seria preso em 48 horas se não fornecesse





312 esse reconhecimento, então o Conselho vai até onde consegue segurar. O conselheiro **JOSÉ**  
313 **ANTONIO LANCHOTI** pede a palavra e inicialmente parabeniza o conselheiro Lucio Machado,  
314 afirmando que concorda com seu posicionamento acerca das escolas. O conselheiro informa que,  
315 como o conselheiro João Carlos afirmou, os docentes de qualquer curso não estão, aos olhos do  
316 MEC, obrigados a estarem inscritos em qualquer sistema. Nesse sentido, o conselheiro concorda  
317 que é uma questão legislativa, mas também é a favor de solicitarem às escolas que encaminhem  
318 a listagem de seus professores para conferirem quem está inscrito, dando como exemplo o fato de  
319 meses atrás o Conselho caçar o registro de uma arquiteta e urbanista por falta grave, mas ainda  
320 assim ela pode continuar lecionando. Ademais, afirma que a Resolução 51 deixou bem claro que o  
321 ensino de arquitetura, urbanismo e outros conhecimentos quaisquer são exclusivas de arquitetos e  
322 urbanistas e sendo a fiscalização competência do CAU estadual sugere a criação de uma maneira  
323 de terem a listagem de quem está ou não inscrito no sistema para no mínimo terem noção se são  
324 muitos ou não. Além disso, o conselheiro pergunta, já que possuem a listagem dos inadimplentes,  
325 qual ação será tomada pelo Conselho para chegarem nesses profissionais para entenderem os  
326 motivos de não pagarem ou mesmo não se inscreverem no sistema, e também pergunta se o  
327 aumento preocupante das multas é causado por uma fiscalização mais eficiente ou são os  
328 profissionais que estão cada vez mais descrentes no sistema e mais audaciosos em cometerem  
329 as irregularidades. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** pede a palavra e  
330 afirma ter lido o decreto 5.773/06 citado pelo conselheiro João Carlos sobre a questão do  
331 reconhecimento dos cursos de arquitetura e após a leitura do artigo 36 questiona por que não  
332 pedir ao CAU/BR para que solicite ao MEC que o reconhecimento dos cursos também passe pelo  
333 crivo do CAU já que o mesmo ocorre nos cursos de medicina, psicologia, odontologia e direito. O  
334 conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** responde que tentaram fazer isso na época do  
335 CONFEA, mas não era possível porque os cursos citados pela conselheira já tinham uma  
336 legislação anterior a esse respeito, o que gerou uma grande briga em que resolveram não alterar  
337 nada, sendo o único avanço nesse sentido a possibilidade de manifestações técnicas para  
338 abertura de novos cursos, mas o Conselho não pode proibir a abertura e nem o registro deles. O  
339 conselheiro **ÉDER ROBERTO DA SILVA** pede a palavra e afirma que o Conselho está em seu  
340 quinto ano e algumas medidas e justificativas que utilizavam no começo já não servem mais,  
341 sendo antigo esse assunto da inadimplência, e que sendo um conselho novo o Estado e a  
342 sociedade esperam que ele diga como que sua categoria funciona, pois se não fizer isso o  
343 judiciário irá fazer. Sendo assim, o conselheiro acredita que seria oportuno o plenário e  
344 principalmente a diretoria, pela responsabilidade que possui junto com as comissões,  
345 aproveitarem que estão próximos de inaugurarem um novo plano de ação e coloquem esse item  
346 como um item a ser trabalhado com um escopo próprio, talvez uma estrutura própria, para que  
347 não fique apenas na estrutura atual, já que a estrutura atual de funcionários e também da  
348 comissão permanente dão conta do dia a dia, e esse item tem um tamanho que é maior do que  
349 esse dia a dia. O coordenador de planejamento estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria  
350 Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** pede a palavra e informa que a cada apresentação de



351 prestação de contas a Diretoria Financeira tem se esforçado em trazer mais informações para as  
352 reflexões dos conselheiros e que estão abertos e afeitos à novas sugestões para a melhora nessa  
353 forma de trazer as informações. A conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE**  
354 **ALMEIDA** solicita a palavra e afirma que o conselheiro Lucio Machado levantou uma questão  
355 interessante a respeito da disparidade dos números dos remidos que constam no relatório e  
356 questiona se isso não precisaria ser corrigido antes da votação. O Diretor Financeiro conselheiro  
357 **JOSÉ BORELLI NETO** responde que esses números são fornecidos pelo SICCAU, não sendo  
358 possível modificá-los agora, mas informa que o CAU/SP está fazendo uma proposta ao CAU/BR  
359 para a contratação de um módulo com uma empresa para que possam ter um diagnóstico mais  
360 adequado desses números no futuro. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**  
361 **OLIVEIRA BELLEZA** então inicia a votação da prestação de contas trimestral, a qual é  
362 **APROVADA** por 48 (quarenta e oito) votos a favor, nenhum contrário e 03 (três) abstenções. O  
363 conselheiro **MARIO YOSHINAGA** justifica seu voto de abstenção porque lembra perfeitamente  
364 que na época do CREA as aplicações financeiras e aluguéis não entravam em despesa, sendo  
365 uma contabilidade separada, e solicita a verificação disso. O contador do CAU/SP **ODAIR DUTRA**  
366 responde que a Lei 4.320 inclui como receita corrente a aplicação financeira e que os CAUs a  
367 utilizam porque isso é previsto em lei, somente não podendo utilizar para despesas correntes  
368 quando houver alienação de bens. Ademais, informa que até alguns anos a Receita Federal não  
369 autorizava aplicação financeira porque a entidade não tem por fim o lucro, tendo que utilizar o seu  
370 recurso em sua totalidade para custeio de despesas, mas agora já autoriza o uso desse recurso  
371 dentro do orçamento nas despesas correntes. **2) APROVAÇÃO DA REFORMULAÇÃO DO**  
372 **PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO DO CAU/SP – 2016.** O Diretor Financeiro conselheiro **JOSÉ**  
373 **BORELLI NETO** inicia sua apresentação informando que essa reformulação é baseada em  
374 solicitações do CAU/BR e é também em função de uma correção de rumos que foi avaliada a  
375 partir das receitas e despesas tidas ao longo do ano ao detectarem que a arrecadação estava  
376 sendo inferior ao projetado. Então, essa primeira reformulação vai tentar acertar os valores para  
377 que tenham os números mais corretos e fiéis ao que realmente tem sido percebido ao longo  
378 desses primeiros seis meses de receita e despesa do CAU. As propostas de reformulação  
379 também têm a ver com as reuniões que foram feitas com todas as diretorias e comissões  
380 permanentes solicitando as necessidades e modificações que seriam interessantes e importantes  
381 para cada uma delas, tendo sido possível colocar praticamente todas elas dentro dessa primeira  
382 reformulação. Uma das principais linhas dessa primeira reformulação é reduzir a expectativa de  
383 arrecadação do Conselho em 05% para os próximos meses, tendo a partir daí uma reformulação  
384 das metas e dos projetos que estavam previstos dentro do primeiro semestre, estando  
385 contempladas nisso as comissões permanentes e especiais, os grupos de trabalho, e as diretorias  
386 vinculadas a todos eles, sendo redistribuídos os recursos em cada um. O diretor acredita que o  
387 principal dessa reformulação, além de contemplar propostas para algumas diretorias que não  
388 haviam sido contempladas, ou remanejamento de alguns projetos que não foram feitos no primeiro  
389 semestre, é a redução da expectativa de arrecadação baseada no que foi visto no primeiro



390 semestre. A intenção é poder fazer uma previsão mais real para não precisarem sempre ficarem  
391 correndo atrás, já que em toda a demonstração de balancete o Conselho está sempre no  
392 vermelho porque a projeção acabou sendo muito otimista, até por exigência do CAU/BR. O  
393 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** esclarece que, na verdade,  
394 essa apresentação é um resumo do material de em torno de 200 folhas que foi enviado aos  
395 conselheiros, sendo um exemplo para demonstrar como se dará essa reformulação, já que com a  
396 redução de arrecadação foi necessário adaptar todos os planos de ação. Houve plano de ação  
397 que não se realizou, que foi extinto, e outros que se realizaram, além de haver um acerto do ponto  
398 de vista financeiro em função das expectativas de arrecadação e das expectativas de realização.  
399 A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** solicita a palavra e afirma ter dúvida  
400 quanto ao valor que foi diminuído na reformulação para a compra da sede, reforma, compra de  
401 móveis e demais necessidades dela, além de não entender o significado de uma sigla e a função  
402 do valor retirado para aquisição da sede. O Diretor Financeiro conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO**  
403 responde que na verdade o valor destinado para compra da sede foi aumentado por conta das  
404 pesquisas de mercado que a comissão da sede tem apresentado. O coordenador de planejamento  
405 estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** pede a  
406 palavra e explica que o valor para compra da sede aumentou de R\$ 09 milhões para R\$ 15  
407 milhões em função do que o diretor José Borelli informou. Ademais, informa que tiveram uma  
408 reunião em Brasília com o CAU/BR e a Implanta, empresa que cuida do sistema contábil do CAU,  
409 sendo decidido que os outros R\$ 04 milhões e pouco serão destinados para a compra de três  
410 softwares para auxiliar no problema da inadimplência. A conselheira **MARCIA MALLET**  
411 **MACHADO DE MOURA** pergunta se ficou alguma verba para uma eventual reforma da sede. O  
412 coordenador de planejamento estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria Financeira  
413 **MESAQUE ARAÚJO SILVA** responde que, no caso de compra de sede, a reforma é incorporada  
414 ao valor de compra e está no plano de ação, mas isso não significa que todo o recurso que o CAU  
415 tem para gasto com o imobilizado está nesse plano. O Presidente **GILBERTO SILVA**  
416 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** então inicia a votação para aprovação da reformulação do  
417 plano de ação e orçamento do CAU/SP, a qual é **APROVADA** pela unanimidade de 46 votos a  
418 favor. **3) APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO PEDIDO DE LICENÇA DO CONSELHEIRO**  
419 **TITULAR EDMILSON DE QUEIROZ DIAS.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**  
420 **OLIVEIRA BELLEZA** informa que a apreciação e deliberação do pedido de licença do conselheiro  
421 titular Edmilson Dias está sendo retirada de pauta, pois o conselheiro informou que conseguiu  
422 resolver os problemas pessoais que justificariam tal pedido. **4) APRESENTAÇÃO DO MAPA COM**  
423 **DADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES – COMISSÃO ESPECIAL PARA**  
424 **ORGANIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CAU/SP NA 6ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES.** A  
425 conselheira **CLAUDETE APARECIDA LOPES** inicia a apresentação explicando que irão passar  
426 informações sobre a 6ª Conferência. A primeira etapa, que é a das conferências municipais, se  
427 encerrou no dia 05/07 e nela fizeram o mapeamento das cidades que estão participando, mas ele  
428 está desatualizado pois faltam em torno de 12 relatórios de cidades que ainda não estão no mapa,



429 o qual conta com 50 cidades. Considerando que o estado possui quase 600 cidades, 62  
430 participantes correspondem a apenas 10% de participação na conferência. Ademais, agora irão  
431 participar junto com outras entidades e movimentos no SASP, onde estão sendo feitas as reuniões  
432 preparatórias para a conferência estadual, sendo muito importante a participação dos colegas  
433 arquitetos. A conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** continua a  
434 apresentação e afirma que mesmo que o profissional não seja delegado ele pode participar, se  
435 inteirar dos assuntos e entrar nas discussões nas mesas de debate, mas não poderá votar, e  
436 ressalta a importância da participação dos arquitetos para levar qualidade técnica à conferência. O  
437 conselheiro **JOSÉ RENATO SOIBELMANN MELHEM** continua a apresentação informando que a  
438 data limite para ocorrer a conferência estadual é março do ano que vem, mas acredita que que  
439 ainda neste ano ela deve ocorrer. A conselheira **NANCY LARANJEIRA TAVARES DE**  
440 **CAMARGO** continua a apresentação explicando que desde o início das reuniões preparatórias  
441 para a municipal pegaram listas das cidades mais próximas e ligaram para o planejamento das  
442 prefeituras para saber sobre o andamento da reunião da 6ª Conferência e para ajuda-los a fazê-la.  
443 Mesmo assim, por vários motivos muitas delas não conseguiram data para a reunião municipal e  
444 não a fizeram. Também foram disparados mailings para todos os arquitetos do estado e para os  
445 conselheiros e suplentes para que participem das reuniões em suas cidades. A conselheira ainda  
446 informa que agora estão na parte estadual, onde as cidades que participaram como município vêm  
447 com a suas propostas para discussão na conferência estadual para então serem levadas à  
448 conferência nacional em Brasília no ano seguinte. A conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES**  
449 **DINO DE ALMEIDA** complementa que os conselheiros não devem só participar nas discussões  
450 mas serem polos de divulgação pois essas conferências têm a finalidade de estabelecer e aprovar  
451 projetos de políticas públicas especialmente na parte da habitação social, sendo fundamental a  
452 qualidade que podem levar nisso. O conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** pede a palavra e  
453 informa que faz parte da comissão preparatória para a conferência nacional e que vários  
454 municípios solicitaram a prorrogação do prazo para a realização das conferências. Assim sendo,  
455 ficou autorizado aos municípios que fizeram o chamamento da conferência até o dia 15 de maio,  
456 que foi a prorrogação do prazo, a realização da conferência municipal, a qual tem que acontecer a  
457 no máximo 30 dias após a promulgação dessa resolução do plenário que ainda não aconteceu. A  
458 conferência estadual de São Paulo está marcada para ocorrer na cidade de São Paulo nos dias  
459 02, 03, e 04 de dezembro, sendo a grande dificuldade onde realizar uma conferência desse  
460 tamanho. Conforme a baixa participação no estado de São Paulo o conselheiro destaca que a  
461 participação nacional não está chegando a 20%. Além disso, informa que quem não for delegado  
462 só poderá entrar mediante inscrição no local como ouvinte, mas há limites de vagas. A conselheira  
463 **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** informa que se tem especulado realizar a  
464 conferência na Praça das Artes, pois ela acomoda até 1.500 pessoas e existe a expectativa de mil  
465 participantes. Mas, ressalta que mesmo a data não está realmente fixada pois não foi reservada.  
466 O conselheiro **PIETRO MIGNOZZETTI** pede a palavra e destaca o fato de parte do governo de  
467 São Paulo e outros estados ignorarem e não apoiarem a viabilização das conferências, o que em



468 sua opinião é um voto de desconfiança no modo de gerir a cidade porque ignora as questões  
469 ligadas a ela, fato que deve ser primado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **5) INFORME**  
470 **DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCEITUAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.** O conselheiro **AFONSO**  
471 **CELSO BUENO MONTEIRO** inicia sua fala informando que a comissão fez algumas reuniões  
472 ordinárias e extraordinárias e chegaram ao ponto crucial de conceituar algo que é função precípua  
473 do Conselho, que é a fiscalização. Nesse sentido a comissão entende que é uma  
474 responsabilidade muito grande para cinco ou seis pessoas tomarem uma decisão sobre e quer  
475 ampliar o debate. A comissão vem sistematizando todas as vertentes de fiscalização e  
476 conversando com as comissões permanentes pedindo contribuições para depois pedir  
477 formalmente à presidência para que faça um debate entre os conselheiros e ela para que isso  
478 gere um texto que possivelmente seja aprovado em plenário para então dar andamento ao  
479 assunto. As vertentes são reserva técnica, fiscalização dos profissionais professores,  
480 acobertamento profissional, venda de projetos pela internet, licitação, e fiscalização de empresas.  
481 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informa que os GTs têm  
482 a possibilidade de fazer um seminário na parte da manhã das plenárias e sugere que a comissão  
483 faça o mesmo, propondo a data na secretaria, para então levar pontos a serem decididos na  
484 plenária. A conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA**, coordenadora  
485 adjunta da comissão, pede a palavra e afirma que são assuntos delicados e espinhosos que  
486 precisam ser encarados e não mais protelados. Eles são discutidos há um ano, mas é difícil  
487 formatar um conceito para estabelecer uma fiscalização eficiente, mesmo porque há grande  
488 resistência de colegas em todos os assuntos. Por isso pede a colaboração de todos e sugere que  
489 os gerentes regionais e os fiscais participem do seminário na manhã antes da plenária. O  
490 conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** pede a palavra e afirma que irá tocar novamente em  
491 um assunto de fiscalização que não foi discutido ou está em pauta, mas que é fundamental porque  
492 representa 15% da categoria dos arquitetos, que são os arquitetos públicos. O conselheiro informa  
493 que as empresas estatais fazem o que querem e o que não querem, dando como exemplo a  
494 EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, a qual tem em seus quadros arquitetos  
495 urbanistas, não está inscrita no CAU, e ainda alega que não é uma empresa nem de engenharia e  
496 nem de arquitetura quando lida com transportes urbanos e metropolitanos. Nesse sentido, acredita  
497 que deve haver sim uma sistematização e coragem para fiscalizar as estatais e autarquias do  
498 estado. A conselheira **ROSANA FERRARI** pede a palavra e afirma que o conselheiro Afonso  
499 Monteiro esteve na Comissão de Ética e conversaram um pouco sobre a questão da fiscalização  
500 da ética. Como há dúvidas na própria comissão, a conselheira esclarece que a ética trata das  
501 questões de conduta, enquanto a fiscalização trata do exercício profissional, então somente após  
502 a denúncia haverá a apuração de falta ética e admissibilidade pela comissão. O conselheiro  
503 **SORIEDEM RODRIGUES** pede a palavra e afirma que principalmente em questões éticas é  
504 sempre importante lembrar que é necessário falar com o outro lado. Então, seria muito importante  
505 a comissão abrir o leque e falar com os empresários, porque eles de certa forma não entendem a  
506 reserva técnica como algo ilegal, eles entendem que o arquiteto está prestando um serviço e por



507 isso não tem nada demais em remunerá-lo. Então, é necessário falar com o empresário para que  
508 ele tenha a consciência de que isso não é ético. A conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES**  
509 **DINO DE ALMEIDA** informa que já foi instaurado pelo Ministério Público um inquérito civil contra a  
510 prática de reserva técnica. A promotora de justiça Maria Paula Machado de Campos da promotoria  
511 de justiça de defesa do consumidor de Jundiaí, além de mencionar o Código de Ética do CAU/BR,  
512 ressalta que a reserva técnica também afronta as garantias previstas na Lei 8.078/1990 do Código  
513 do Consumidor. Então, está se criando uma jurisprudência sobre o assunto. O conselheiro **JOSÉ**  
514 **ANTONIO LANCHOTI** pede a palavra para falar sobre o seminário proposto. Mesmo após a  
515 explicação da conselheira Rosana Ferrari o conselheiro acredita ser importante que nesse  
516 seminário amarrem a questão da fiscalização do exercício profissional e a questão da conduta  
517 ética, somando-se a isso a discussão do início da plenária sobre os profissionais inadimplentes e  
518 o aumento de multas. O conselheiro afirma que o profissional está sendo mais multado, mais  
519 irregular, e não está mais se inscrevendo no conselho porque não acredita nele. Então, o  
520 conselheiro pergunta quais ações estão sendo tomadas para que esse profissional realmente  
521 entenda que não pode fazer reserva técnica e também questiona que se ele sequer reconhece o  
522 Conselho, o que dirá o que o Conselho está dizendo. Sendo assim, o conselheiro gostaria que no  
523 seminário tentassem ver de que forma podem chegar nesses profissionais para fazer com que  
524 eles não recebam reserva técnica por conduta ética e não porque o CAU não quer, além de  
525 concordar que devem tratar com o empresariado. O conselheiro **AFONSO CELSO BUENO**  
526 **MONTEIRO** concorda com o conselheiro Josá Lanchoti, mas ressalta que não podem levar a  
527 questão do não reconhecimento para a da inadimplência, pois talvez o profissional não esteja  
528 pagando por questão de crise, falta de emprego, principalmente os recém-formados, não sendo  
529 possível confundir as duas coisas, até porque ao não pagar o Conselho o profissional exerce  
530 ilegalmente a profissão. Ademais, o conselheiro também destaca que o Código de Ética  
531 estabelece que o professor tem que ter comprovadamente pleno conhecimento da disciplina que  
532 está dando, por exemplo um professor que dá aula de projetos tem que provar através de certidão  
533 de acervo técnico, RRTs, declarações de empresas. Então, é um campo vasto e uma grande  
534 discussão que o conselheiro espera que todos participem. O conselheiro **SORIEDEM**  
535 **RODRIGUES** pede a palavra e afirma que essa iniciativa é muito fio da navalha e questiona se o  
536 arquiteto não vai mais poder indicar fornecedor, visto que ele próprio indica fornecedor de sua  
537 confiança e não recebe nada por isso. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**  
538 **OLIVEIRA BELLEZA** responde que pode indicar quantos quiser, só não pode receber do  
539 indicado. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** novamente afirma que é muito fio da navalha,  
540 pois o fato de você indicar não significa que você tenha ou não qualquer tipo de relação, e destaca  
541 que é muito difícil comprovar que alguém está recebendo ou não, então essa iniciativa precisa ser  
542 muito bem pensada para evitar um tiro no pé. O conselheiro **PIETRO MIGNOZZETTI** pede a  
543 palavra e afirma que quando se especifica um determinado material no projeto é necessário  
544 especificar o desempenho que se espera dele no conjunto da obra que está se projetando e  
545 executando. Então, o desempenho do material responde às exigências que o arquiteto pretende



546 que o projeto satisfaça, não sendo possível especificar algo que seja contrário a esse  
547 desempenho pretendido. **6) PALAVRA DOS CONSELHEIROS.** Antes de passar a palavra aos  
548 conselheiros, o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** solicita aos  
549 membros de comissões e GTs que ainda não mandaram seus materiais que os mandem para o  
550 próximo número da revista do Conselho. A conselheira **MIRTES MARIA LUCIANI** inicia sua fala  
551 lembrando que na última plenária informou que o GT de Meio Ambiente recebeu um convite da  
552 Secretaria do Meio Ambiente para que o CAU participasse do primeiro seminário interno sobre o  
553 zoneamento ecológico-econômico que o estado de São Paulo está fazendo, para o qual as únicas  
554 instituições externas convidadas foram o CAU/SP, o grupo de meio ambiente da Fiesp, e o  
555 Consema. O GT participou e a conselheira acha importante trazer algumas informações que  
556 podem ajudar na atividade profissional e informa que depois farão um resumo para publicação no  
557 site do Conselho. Explica a conselheira que hoje existe disponível para os arquitetos dentro do site  
558 da secretaria um portal chamado Sala de Cenários, onde é possível encontrar todos os projetos  
559 que têm licenciamento ambiental, suas informações, e se houver áreas de consulta de um cliente  
560 ao lado será possível se valer de um levantamento que já foi executado em área limdeira à  
561 consultada. Isso é importante porque irá facilitar o trabalho na hora de se fazer uma pesquisa e os  
562 arquitetos poderão se precaver mandando uma carta proposta de uma coisa que pode ou não  
563 estar dentro de um licenciamento. Nesse seminário o GT fez duas considerações que foram  
564 acatadas. A primeira é que quando se começa a estudar algumas questões do zoneamento do  
565 estado de São Paulo, como qualidade do ar, não será mais possível apenas olhar para o  
566 zoneamento desse estado porque as regiões limdeiras, por exemplo os estados limítrofes, podem  
567 comprometer os empreendimentos que estão nele. A segunda é que não há hoje no estado de  
568 São Paulo um levantamento de geoprocessamento correto, pois os voos feitos pelos organismos  
569 não estão equalizados, tendo um problema até na escala das informações. Então, a questão é  
570 como compatibilizar essas escalas e levar essas informações que serão referências para tomada  
571 de decisões de políticas do estado e de políticas do Estatuto da Metrópole. A conselheira  
572 **JACOBINA ALBU VAISMAN** inicia sua fala informando que a pedido do Presidente irá trazer  
573 algumas informações a respeito do andamento dos trabalhos da Comissão Especial para  
574 Compra/Aquisição da Sede Própria do CAU/SP. Informa a conselheira que a partir de abril deste  
575 ano foram realizados três chamamentos para aquisição da sede que foram baseados num  
576 trabalho de pesquisa da comissão buscando saber que tipo de imóveis são ofertados no mercado,  
577 quanto às questões de localização, valor do metro quadrado, acessibilidade, e a própria qualidade  
578 arquitetônica da edificação, além de procurarem ter uma base de gastos futuros com o edifício,  
579 como IPTU, taxa de condomínio, e manutenção. O chamamento é uma forma de licitação que  
580 exige um grande número de documentos, sendo que neste último receberam 11 propostas de  
581 edifícios para instalação do CAU. Ademais, atualmente está aberto o prazo de recurso por parte  
582 dos proprietários ou seus representantes que eventualmente não concordarem com a decisão da  
583 comissão que foi de não classificar nenhum edifício. A conselheira aproveita para agradecer o  
584 apoio e empenho dos membros da comissão, Luciana Bento, Silvana Cambiaghi, Violeta Kubrusly,



585 Bruno Ghizellini, Silvio Heilbut, Gerson Faria, Rogério Batagliesi, Luiz, além do conselheiro José  
586 Borelli, da assistente administrativa Litsuko, e do Departamento Jurídico. O conselheiro **MARIO**  
587 **YOSHINAGA** inicia sua fala pedindo para que o texto que irá ler conste em Ata, o qual segue na  
588 íntegra: *“colegas, o CAU está completando quatro anos e meio de funcionamento. Sua estrutura*  
589 *física-administrativa está montada. Durante todo esse tempo pudemos contar com a experiência*  
590 *de vários colegas que participaram da longa luta para sua criação. Experiência vivida por muitos,*  
591 *seja como membros do IAB, ABEA, ASBEA, FNA, e ABAP, ou como conselheiros do CREA. Hoje*  
592 *não vejo alguns desses colegas que viveram num conselho multiprofissional na condição de grupo*  
593 *minoritário onde sofreram contínuas derrotas quando votavam melhorias no seu exercício*  
594 *profissional que conflitavam com a dos engenheiros. O CAU foi criado. E depois de estabelecido*  
595 *estamos lutando pelos nossos direitos com amparo legal, mas a atividade de projeto arquitetônico*  
596 *ainda não é exclusiva dos arquitetos e urbanistas. Tampouco é de nossa exclusividade o projeto*  
597 *urbano e o planejamento urbano, onde temos sobreposição com a engenharia urbana ou pela*  
598 *administração pública e outros cursos. Já temos um passado, estamos no presente construindo*  
599 *nosso futuro. E a questão que estou trazendo para nossa reflexão é: que futuro estamos*  
600 *construindo? A grande maioria dos projetos de lei que tramitam no Congresso têm proponentes os*  
601 *mais diversos. As propostas geradas pelo CAU em suas comissões e GT, grupos de trabalho, são*  
602 *poucas. Poucas, até insignificantes face ao enorme passivo de questões urbanas que estamos*  
603 *constatando diariamente. Questões urbanas que ocupam as manchetes da mídia, colocando em*  
604 *risco a saúde e a integridade física da população na qual os verdadeiros especialistas ainda não*  
605 *se mobilizaram para desfazer uma cultura onde as cidades são tratadas como mercadorias e a*  
606 *população como massa de manobras políticas. Os planos diretores em sua maioria cumprem a*  
607 *formalidade de atender à legislação, mas não implantadas. E raras prefeituras mantêm um corpo*  
608 *técnico dedicado às questões urbanas. Conhecemos de longa data falta de vontade política e de*  
609 *ação no sentido de evoluir em questões recorrentes como solo criado, que geograficamente se*  
610 *limita ao lote urbano, enquanto a cidade sofre as consequências de contínuos congestionamentos*  
611 *nas áreas públicas. Cria-se o solo criado, praticamente o solo criado particular, mas não existe um*  
612 *correspondente do solo criado público, que daí então a cidade vai se encolhendo na área pública*  
613 *com o tempo. Galerias técnicas que podem disciplinar o uso do espaço público subterrâneo,*  
614 *beneficiando a conservação da pavimentação e reduzindo as interrupções de tráfego. Operação*  
615 *urbana, que é entendida como um grande projeto arquitetônico e perde a oportunidade de*  
616 *viabilizar projetos prioritários para a cidade. Programa Minha Casa Minha Vida, pelo porte do*  
617 *investimento e adensamento, tem potencial para autonomia parcial na sua infraestrutura urbana e*  
618 *quanto à sustentabilidade. As cidades estão à mercê dos construtores e do comércio imobiliário*  
619 *por causa de leis em vários níveis de governo concebidas para essa condição. As mobilizações*  
620 *populares se limitam a curtos horizontes de medidas pontuais. Os políticos se utilizam dos*  
621 *problemas urbanos para seus propósitos eleitoreiros, interessando-lhes a manutenção de*  
622 *tragédias para dar-lhes visibilidade e oportunidade de obras emergenciais sem licitações. O CAU*  
623 *não deu mostra de querer mudar esse cenário urbano. Prova disso é que o urbanismo que ostenta*





624 o seu nome ainda está esperando ser devidamente valorizado, pois na sua estrutura inexistem  
625 comissões de urbanismo, seja a nível estadual ou federal. Em São Paulo existe um GT de  
626 urbanismo e plano diretor do qual faço parte, onde constatamos a importância do urbanismo no  
627 desenvolvimento da atividade da arquitetura e sua importância na melhoria da qualidade e da  
628 eficiência das cidades. O CAU continuando nessa postura está permitindo que os cursos como  
629 Gerente de Cidade, ou de Engenharia Urbana, entre outros, sejam criados e ampliados e  
630 futuramente pleitearem a atribuição de planejamento e desenho das cidades, tornando-nos  
631 apenas CA. Proponho, aproveitando esta manifestação, que seja criado no CAU a Comissão de  
632 Urbanismo e Planejamento Urbano como um início de valorização desta atividade”. Por fim, o  
633 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** lembra sobre a plenária  
634 extraordinária que ocorrerá no dia 11 de agosto, agradece a presença de todos, deseja um bom  
635 retorno, e encerra a 7ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São  
636 Paulo.

637 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
638 **Presidente**  
639